

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

A Grande Aliança de Ana Castro Osório
um projeto político-pedagógico fracassado

Angela de Castro Gomes

Angela de Castro Gomes, Investigadora Sênior e Professora titular do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: Angela.Gomes@fgv.br

Em 1940, quando Portugal se preparava para as comemorações do Duplo Centenário do Mundo Português,¹ Oliveira Salazar dirigiu um apelo ao governo do Brasil – então chefiado por Getúlio Vargas e em pleno Estado Novo –, para que o ajudasse a fazer as honras da casa, pois não poderia ser um convidado como os demais países. O Brasil atendeu ao pedido, edificando um pavilhão e mandando uma comitiva, no intuito de demonstrar o “culto” às tradições históricas que uniam, tão longa e fortemente, os dois países. No ano seguinte, é a vez dos portugueses viajarem ao outro lado do Atlântico, enviando uma embaixada extraordinária, chefiada pelo escritor Júlio Dantas, antigo presidente da Comissão dos centenários e então presidente da Academia de Ciências. Faziam parte dessa comitiva, destacados nomes da política do Estado Novo português, entre as quais o Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano. Nesse mesmo momento – agosto de 1941 – está no Rio de Janeiro, a convite de Vargas, Antônio Ferro, que dirigia o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, com objetivos muito semelhantes aos do Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro, o DIP, sob a direção de Lourival Fontes, existente desde 1939, e que possuía antecessores.²

A visita teve inúmeros eventos, mas seu ponto alto foi a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, firmado entre o DIP e o SPN, em 4 de setembro de 1941, sugestivamente às vésperas da comemoração do Dia da Independência no Brasil. Por este acordo seriam criados uma revista, *Atlântico*, e um Boletim mensal (1944-46), ficando estabelecido que se faria entre os dois países: trocas de emissões de rádio, de documentários cinematográficos e de informações, além da publicação de livros e da realização estudos, com destaque sobre o folclore luso-brasileiro. Inúmeros intelectuais portugueses e brasileiros se envolveram nesse amplo e diversificado conjunto de iniciativas, que selava um antigo desejo de aproximação entre Brasil e Portugal, por meio de políticas no âmbito da cultura, um imenso e reconhecido capital simbólico a ser explorado com sólidas possibilidades de sucesso e duração. Nesse caso, o maior nome de intelectual referido é Gilberto Freyre, cujo pensamento estava sendo muito divulgado não só no Brasil, como também em Portugal, pois centrado no elogio à grandeza das raças e culturas mestiças, traduzidas na idéia de luso-tropicalismo.

Não é o caso de se retomar aqui a montagem e os desdobramentos desse acordo, nem de mencionar as importantes figuras do mundo político e intelectual que dele participaram, estimulados por projetos otimistas e nacionalistas, sintetizados no epíteto Estado Novo, presente nos dois países. O que nos interessa é apontar que foi nos anos 1940 que Portugal e Brasil realizaram um tipo de política pública na área da cultura, já idealizada e tentada anteriormente por diversos intelectuais e de diferentes maneiras, sem grande sucesso, justamente por não contar com o apoio do Estado.

¹ A grande Exposição do Duplo Centenário do Mundo Português destinou-se a comemorar a fundação do Estado Português em 1140 e a Restauração da Independência em 1640. Ela foi preparada antes da Segunda Guerra Mundial e, devido ao conflito, não conseguiu o êxito desejado. Mesmo assim, ficou aberta durante seis meses (de junho a novembro), recebendo cerca de três milhões de visitantes, muitos deles estrangeiros em trânsito.

² Sobre o assunto, entre outras referências, ver PAULO, Heloisa - *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994. Cap. V.

Assim, se a cultura luso-brasileira, especialmente a língua comum, de há muito era vista pelos intelectuais como uma ponte e um recurso de poder para Portugal e Brasil, os governos desses países só se mobilizaram a esse respeito em meados do século XX.

Mas essa idéia vinha de longe, de bem de longe. Segundo Sérgio de Campos Matos,³ por exemplo, existira um projeto dos republicanos portugueses, que tinha ganho força após o Ultimatum inglês de 1890, elaborado como uma alternativa à dominação anglo-saxônica. Seu objetivo era organizar uma confederação de povos latinos, abrangendo os estados da América do Sul, muito em particular o Brasil. Portanto, na última década do século XIX, pode-se aventar que projetos desse tipo estivessem no “horizonte de possibilidades” de políticos e intelectuais, freqüentando a propaganda republicana e sendo divulgada em jornais como *A República*.

Uma referência interessante, na medida em que a personagem central deste artigo, a escritora, editora e militante feminista, Ana de Castro Osório, era também uma republicana, tendo participado do Congresso do Partido Republicano Português de 1909. Ou seja, embora não se possa comprovar, é bem possível supor que tenha tido contato com tais idéias que, provavelmente, faziam parte do clima político da época, povoando as relações sistemáticas entre intelectuais brasileiros e portugueses. Contudo, o caso de Ana de Castro Osório é particular, na medida em que ela se engajaria nessa causa, que vai nomear de “a minha propaganda” de aproximação entre Portugal e Brasil ou, simplesmente, “a grande aliança”. Colaboram para tanto sua própria trajetória como escritora/editora, além das demais causas a que se dedica ao longo de sua vida. E elas foram muitas e diferenciadas, embora tenham mantido como constantes os ideais nacionalistas e pedagógicos, elegendo como públicos alvo as crianças e as mulheres de língua portuguesa estivessem em Portugal, no Brasil e, com menor ênfase, na África.

Ana de Castro Osório (1872-1935) é uma intelectual razoavelmente reconhecida e estudada em Portugal, sobretudo no contexto das comemorações do Centenário da República, causa que ela ajudou a propagar e com a qual colaborou em projetos importantes, como o do divórcio. Seu percurso como republicana, que não é tão invulgar, inicia-se com um grande engajamento, desdobrando-se para uma crescente desilusão e até alguma simpatia com o regime que vai sucedê-la. Os trabalhos a ela dedicados, concentram-se mais no campo da literatura, no qual teve presença marcante, e, na história, privilegiam sua atuação como líder feminista. No caso desta pesquisa, o interesse maior é com sua face de autora e editora de manuais escolares e livros infantis que circularam em Portugal e também no Brasil.

Apesar desse fato, ela é praticamente uma desconhecida no Brasil, onde viveu entre 1911 e 1914, tendo alguns de seus livros participado da formação da infância de muitos brasileiros, em especial durante os anos 1910, quando é bem sucedida em

³ MATOS, Sérgio de Campos - “Representações da crise finisecular em Portugal”. In *HOMEM*, Amadeu C.; SILVA, Armando Malheiro; ISAÍÁ, Artur César (coords.) - *A República no Brasil e em Portugal: 1889-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

suas tentativas de divulgação de idéias. Sua proposta de aproximação entre os dois países, na época duas repúblicas, passava predominantemente pela competência literária e pedagógica que possuía, sendo claramente uma ação no campo político-cultural. Dessa forma, tais esforços nos ajudam a entender, sob um ângulo bem específico, as possibilidades e obstáculos que povoavam as relações luso-brasileiras durante os anos 1910/20, já que Ana será uma das figuras portuguesas presentes às festas do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

Ana de Castro Osório nasceu em família culta e de posses. Seu pai era jurista, mas foi principalmente um homem que apoiou as atividades intelectuais da filha, estimulando-a não apenas a cultivar seus dons literários, como igualmente lhe dando apoio financeiro, quando ela, além de escrever, decidiu editar e distribuir seus próprios livros. Nos estudos biográficos sobre a autora,⁴ não muito abundantes, registra-se sempre que, em 1897, ela montou uma editora: a “Livraria Editora Para Crianças”, em Setúbal, destinada a publicar a coleção de livros de literatura infantil que vinha produzindo, sob o título, “Para Crianças”. A coleção, uma iniciativa pioneira no campo da literatura infantil, reunia histórias maravilhosas e contos da tradição portuguesa. Um feito que merece observação, uma vez que aponta para o fato de ela estar envolvida diretamente, mesmo que com todas as limitações que se possa reconhecer aos procedimentos da época, em um trabalho de recolha de contos da tradição oral popular portuguesa, além de realizar uma “adaptação” de alguns deles e de traduzir outros, pertencentes ao folclore de diversos países, mas circulando em toda a Europa.⁵

O trabalho com o folclore, em fim do século XIX e início do XX, era reconhecido como um tipo de conhecimento fundado em procedimentos científicos, advindos da etnografia, que consistia em recolher, para salvaguardar, os costumes de um povo, fossem eles festas, lendas, práticas alimentares, musicais, de vestuários, contos, etc. Portanto, tratava-se de um antigo conjunto de saberes populares, que era transmitido basicamente pela oralidade e repetição, de geração a geração, permanecendo “vivo” no imaginário das populações “simples”, principalmente as rurais. Esse projeto, que se organiza em movimento e mobiliza intelectuais internacionalmente, tem como objetivo “salvar” o patrimônio cultural “popular”, entendido como algo singular, típico e tradicional de certos grupos sociais nacionais. Este imenso “tesouro” se encontrava ameaçado de “perda” pelo avanço da urbanização e da industrialização. Tendo eclodido em vários

⁴ Entre outros: ESTEVES, João - “Ana de Castro Osório”. In NÓVOA, António - *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Editora Asa, 2003. p. 1019-1026; ESTEVES, João - “A coleção Castro Osório: Ana de Castro Osório (1872-1935)”. *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional*. N.º 1 (outono, 1997) e MEDEIROS, Fátima Ribeiro de - *Do fruto à raiz: uma introdução às histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa recolhidas e recontadas por Ana de Castro Osório*. Setúbal: Gailivro, 2003. Ver também “Ana de Castro Osório: faleceu ontem...”. *O Século* (24 de março de 1935) p. 2.

⁵ O livro, já citado, de Fátima R. Medeiros, estuda justamente o trabalho da autora com esses contos “tradicionais”, destacando como muitos deles têm raízes em outros modelos literários, como é o caso das chamadas histórias maravilhosas. Dessa forma, quando escreve, Ana de Castro Osório se “apropria” de contos da tradição oral portuguesa, de contos de outras tradições nacionais e de narrativa de origens literárias de outra natureza, recontando-os e renovando-os e, em o fazendo, construindo uma literatura infanto-juvenil portuguesa, que marcaria gerações de leitores. Eu estarei me utilizando muito deste valioso livro e agradeço a autora ter-me facilitado o acesso a ele, com grande gentileza.

países europeus no século XIX, o movimento folclorista vinculava-se ao pensamento conservador, exprimindo uma reação aos excessos desnacionalizadores do universalismo iluminista ou cientificista. O importante, no caso, é deixar claro que o trabalho literário e editorial de Ana de Castro Osório se insere nesse contexto mais amplo, que faz a conexão entre a figura do intelectual folclorista – como alguém voltado para um passado imemorial e popular de uma nação – e a figura de intelectual educador: aquele que encarna uma missão civilizadora, por meio da instrução, acreditando na possibilidade de realizá-la, nomeadamente, através da alfabetização e do ensino primário, secundados pela melhoria dos manuais escolares e dos livros em geral.

“Para Crianças”, coleção e editora, queria ser tudo isso e ainda mais, uma vez que esse projeto se articulava ao de criação de uma “verdadeira” literatura infantil portuguesa. Por isso, ou seja, pela explícita dimensão política de seu empreendimento, Ana edita seus livros às suas custas e aos milhares, e os distribui gratuitamente nas escolas e instituições, em uma explícita ação de propaganda e divulgação de idéias. Eles eram fascículos pequenos, escritos em linguagem clara e simples e com apresentação gráfica bem cuidada, onde se destacava o trabalho de ilustradores competentes, entre os quais o maior de todos é Leal Câmara.

Não é, portanto, de espantar que ela combinasse essa escrita com a de numerosos artigos de jornais, então lugares fundamentais de sociabilidade política e intelectual. Um desses jornais merece atenção especial (o que não se fará aqui), pois se articulava diretamente às suas atividades editoriais, chamando-se *Jornal dos Pequeninos* e circulando em 1907 e 1908. Não é igualmente surpreendente seu engajamento nas lutas pela República e o interesse que despertou entre os republicanos, uma vez que o tema da educação e das tradições populares tinha preeminência na pauta política de então, tendo expoentes como Teófilo Braga e João de Barros, por exemplo. Ana se casa em 1898 com um desses republicanos, Paulino Gomes de Oliveira, jornalista e escritor, que se envolveria no levante revolucionário de janeiro de 1908, tendo que sair de Portugal e se exilar no Brasil, que então conhece e para onde voltaria depois de proclamada a República, em 1911, como Cônsul na cidade de São Paulo.

O trabalho que Ana de Castro Osório realiza como autora e editora de uma literatura infantil portuguesa, que conscientemente desejava criar e divulgar, desde a última década do XIX, é imenso, e vem sendo cada vez mais reconhecido pela produção dos campos da literatura e da história cultural, em Portugal. Nossa proposta é restrita, e consiste em pensá-lo em algumas frentes fundamentais, articulando-o a um projeto republicano ampliado, que se queria democrático e nacionalista. Tal projeto, a nosso ver, assumiu, em um determinado momento específico, a meta de articular os dois lados do Atlântico, entendendo-a como uma estratégia fundamental para seu sucesso. Isso porque, como estamos encaminhando, seu fundamento devia ser a língua e as tradições comuns, propagadas por meio dos modernos métodos pedagógicos da época. Nesse sentido, importa assinalar que o investimento de Ana foi tanto intelectual e político, como financeiro, abarcando, ao mesmo tempo, um projeto pessoal e familiar que buscava ganhos materiais e simbólicos, por meio de uma ação de defesa de princípios de coloração nacionalista e educativa, voltada para as crianças e as mães/mulheres. Quer dizer, a abordagem assumida, nesta reflexão, não contrapõe a realização de interesses

individuais, inclusive materiais, a ideais e valores políticos coletivos; ao contrário, ela deseja articulá-los por meio de um exemplo bem paradigmático.

A coleção “Para Crianças” concentrou grande parte dos esforços dessa intelectual, particularmente nas décadas de 1890 e 1900, bastando lembrar que foram lançados nada menos, nada mais que 18 volumes, pela “Livraria Editora Para Crianças”, sediada em Setúbal, onde Ana morava. Nesse caso, merece destaque, o lançamento, em 1903, do volume, *Contos tradicionais portugueses*, coletânea organizada inteiramente a partir de histórias da tradição oral de Portugal e voltada ao público infantil.⁶ Mas as atividades literárias de Ana não se esgotaram nessa grande iniciativa, nem tampouco sua ação como editora, o que nos interessa de perto. Isso porque, depois de retornar viúva para Portugal, pois seu marido morre em 1914, ela vem para Lisboa, onde funda a Lusitânia Editora Limitada, também situada no local de sua moradia: na Rua do Arco do Limoeiro, n. 17, 1º. Essa casa editorial vai atuar principalmente durante os anos 1920, iniciando sua contribuição com o livro de poesias, *Clepsidra*, de seu amigo Camilo Pessanha.

Porém, é preciso observar que, ainda antes de partir para o Brasil e já casada, ela aprofundara sua militância republicana e feminista, aliando-a à escrita de folhetos para adultos, dirigidos preferencialmente às mulheres e mães, de que são exemplos, *As mães devem amamentar seus filhos* (1903) e *Às mulheres portuguesas* (1905). Nessa primeira década do século XX, no que se refere à literatura infantil, ela também escreve livros que não integram sua coleção, do qual o melhor exemplo é *A minha Pátria*, escrito em 1904, e aprovado como prêmio escolar em concurso do Ministério do Reino, o que se constitui em um autêntico acontecimento biográfico, quando examinamos sua trajetória pessoal e profissional. Aliás, ter livros aprovados como prêmios escolares e/ ou adotados para uso nas escolas, era o desejo de muitos literatos que se dedicavam a essa especialidade de escrita em Portugal, no Brasil e em outros países, já que os Estados nacionais, fossem monarquias ou repúblicas, sabiam bem da importância desses textos na formação dos cidadãos e, portanto, de sua estrita fiscalização. *A minha Pátria* seria publicado em 1906, tornando-se muito comentado e elogiado, principalmente por seu primeiro capítulo, “O jardim de Jorge”, considerado uma belíssima lição de patriotismo. A educação moral e cívica dos estudantes, mobilizando os sentimentos de amor à terra e ao povo, dependendo das habilidades políticas e qualidades estilísticas do escritor, podia e, no caso, agradou quer a monarquistas, quer a republicanos, pois o livro terá longa carreira.

Nessa primeira década do século XX, Ana de Castro Osório desenvolveu muitos esforços para se afirmar e viver das letras, ocupando-se em propagar sua produção e em conseguir bons contratos. É o que se vê em uma carta que escreve ao marido, em março de 1904, quando, em companhia do pai, fazia contatos e negócios em Lisboa. Mesmo que Paulino pudesse se zangar, como ela desconfiava, escreve: “não posso ver-te metido num negócio [de mobília], demais a mais não é coisa que enriqueça”,

⁶ Na coleção “Para Crianças” os volumes 3, 4, 8, 12, 13 e 14 são *Contos tradicionais portugueses*; os volumes 2, 6 e 7 são *Contos maravilhosos* e os demais volumes têm títulos específicos como *Os animais* (vol. 10) e *As boas crianças* (vol. 9).

desviando-te “de um trabalho mais intelectual”. Diz-se animada, registrando que, provavelmente devido ao livro *A minha Pátria*, “agora todos me conhecem nas livrarias e fazem uma festa enorme”, o que lhe dá satisfação e esperanças.⁷ Esperanças fundadas, pois em outro concurso de prêmios escolares, realizado em 1908, seu livro, *A boa mãe*, seria também aprovado, reforçando a presença de seu nome nesse circuito seletivo de autores que publicavam e viam seus livros serem vendidos e lidos por um grande público infantil, com apoio governamental.

Paralelamente, ela se inseria em outra rede de sociabilidade poderosa e politicamente ativa: a Maçonaria. Em 1907 é iniciada na seção feminina da Loja Humanidade, vindo posteriormente a se tornar sua presidente. A ligação com a Maçonaria permaneceria durante o tempo em que passou no Brasil, já que quando retornou, fundou, em 1915, uma loja feminina, a Carolina Ângelo, da qual é Venerável com o nome Leonor da Fonseca Pimentel. É evidente a triangulação e harmonização que Ana procurava estabelecer entre suas várias áreas de inserção político-cultural (como republicana, maçon e escritora), todas referidas a uma atuação pedagógica que tinha a mulher e a criança como preocupação e alvos prioritários, sem deixar de integrar um discurso mais abrangente, dirigido ao “povo português”, que ela considerava carente de educação e de atenção dos regimes, em geral, dirigidos por elites insensíveis às suas reais necessidades.

É, por conseguinte, como uma escritora premiada em concursos, com vários livros publicados e com uma editora razoavelmente lucrativa, mas muito produtiva, além de uma militante republicana, feminista e maçon, que Ana, em 1908, assiste à fuga de seu marido para o Brasil, ficando em Portugal com os dois filhos do casal. Esse fato não interrompeu suas atividades literárias, escrevendo então *A educação cívica da mulher*, primeira publicação do Grupo Português de Estudos Feministas, e *Uma lição de História*. Este último livro é estratégico para a reflexão que fazemos, pois ele seria impresso pela Livraria Editora Para Crianças, em 1909, com uma chamada especial na folha de rosto, logo abaixo do título: “Aprovado para leitura e prêmios escolares pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais”. Na página imediatamente a seguir, transcreve-se o parecer desse Conselho, de forma a dar mais legitimidade ao volume. O parecer diz:

O Conselho Superior de Instrução Pública, reunido em sessão, atendendo a que o livro intitulado *Uma lição de História*, de Ana de Castro Osório, oferece à infância leitura suave, instrutiva e útil – resolve aprová-lo.

Sala das Sessões do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, 10 de outubro de 1908. Ana Guilhermina Cândida de Carvalho, Aurélio Pires R. Joviano e Magalhães Pinto.

Ana de Castro Osório nunca tinha ido ao Brasil, e pesquisando sua correspondência, que é vastíssima e seria objeto para um trabalho de fôlego, não encontramos cartas sobre o assunto, nesse momento específico. Entretanto, é possível especular que elas

⁷ Espólio da família Castro Osório, Biblioteca Nacional de Portugal, daqui para a frente apenas ESP N12. Neste caso, Carta rascunho de Ana de Castro Osório ao marido, ESP N12-1, BN de Portugal.

possam ter existido. O que fica patente é que a fuga de seu marido para o Brasil, pode ter relação com a aprovação desse livro, caso contrário, os originais de *Uma lição de História* dificilmente chegariam às mãos da Comissão em Minas Gerais, que os aprova, mas não os publica. A primeira edição, na verdade, foi impressa em Portugal, na editora de Ana,⁸ e não sabemos se o livro, de fato, chegou a circular nas escolas de Minas, sobretudo se considerarmos o evento que imediatamente se segue em Portugal, isto é, a proclamação da República em 5 de outubro de 1910. De qualquer forma, o que se deseja destacar aqui é o fato de, no alvorecer da República portuguesa, Ana de Castro Osório ser uma escritora que conseguira ter livros aprovados em Portugal, ainda sob a Monarquia, e no Brasil republicano, em um dos estados de maior peso populacional e político da federação.⁹ Ela atravessara o Atlântico em grande estilo, pois, do mesmo modo que em Portugal, no Brasil, ter livros aprovados pelas secretarias ou diretorias responsáveis pela Instrução Pública, não era coisa nada fácil, exigindo competência intelectual, mas igualmente relacionamento político.

A minha Pátria e Uma lição de História são livros que podem ser classificados como manuais cívico-patrióticos, um tipo de literatura muito valorizada e utilizada nas escolas de vários países. O patriotismo era, no vocabulário pedagógico e político da época, a palavra/sentimento que fazia com que a História se aproximasse da educação cívica, mas com sua especificidade, que era a de trabalhar “através do tempo”. A educação cívica não se confundia com a disciplina da História, ultrapassando-a, já que estava presente no ensino de todas as disciplinas. A Pátria não era nem o Estado, nem propriamente a nação e suas leis em sua dimensão político-administrativa. A Pátria era conceituada como uma comunidade afetiva, como uma entidade suprema e sagrada, objeto do respeito e amor dos cidadãos, sobretudo dos cidadãos republicanos. A História com objetivos patrióticos era uma estratégia valiosa para a criação desse novo culto, dessa religião civil de inspiração liberal-iluminista, mas que igualmente era compartilhada pelos que abraçavam ideais cientificistas, com destaque, positivistas.

A minha Pátria é exemplar de uma literatura histórica cívico-patriótica, destinada aos leitores portugueses, embora, evidentemente, pudesse ser lido por crianças de outros países, como o foi, na medida em que também teria sido aprovado para uso nas escolas de Minas Gerais e São Paulo, segundo Teresa Simões, em prefácio a uma recente edição do livro.¹⁰ Ele se tornaria um clássico desse gênero em Portugal, ganhando muitas reedições ao longo do tempo, desde a Monarquia e ao longo da República. Pode, assim, ser considerado um livro emblemático do pensamento de Ana, em várias facetas, na medida em que nele se destaca a presença feminina (a mãe), uma narrativa da história de Portugal que foge ao modelo “tradicional” e tão criticado pela mera

⁸ Encontramos, em um sebo, uma primeira edição do volume, com a qual trabalhamos aqui.

⁹ Ainda gostaríamos de verificar, na documentação do Conselho de Instrução em Minas Gerais, se há algum processo relativo à aprovação desse e de outros livros em 1908. Do mesmo modo, uma pesquisa mais cuidadosa nas cartas da autora poderia revelar alguma informação suplementar. Contudo, no momento, isso não nos foi permitido.

¹⁰ OSÓRIO, Ana de Castro - *A minha Pátria*. Prefácio de Teresa Simões Sintra. Colares Editora, [s.d.].

enumeração de nomes e datas, e ainda toda uma valorização das tradições populares (como as rendas de bilros e outras), além da exaltação da natureza.

Se em *A minha Pátria* a autora cria uma estratégia discursiva, segundo difundido modelo da Condessa de Ségur,¹¹ em que é a figura materna que conduz a narrativa aos filhos e aos leitores, no caso de *Uma lição de História* essa figura é uma experiente preceptora, desafiada a dar aulas a uma menina rica, prepotente e inocente, que acredita não precisar aprender nada, por já saber tudo que importa. O livro é uma grande metáfora, composto como uma história maravilhosa, passada em um reino imaginário que, mal governado, apesar de suas muitas riquezas acaba empobrecido pela preguiça e ignorância de seus habitantes. O conteúdo moral é evidente, e a história explora o gosto infantil pelo maravilhoso, sendo um elogio à inteligência e ao trabalho, que devem “presidir o governo dos povos”, instruídos pela História. Interessantemente, ao lado da mestra habilidosa, uma outra personagem feminina ganha a narrativa: é a História. Velha, persistente e sábia, é apresentada como alguém que era odiada pela população do reino “por dizer sempre a verdade”, tendo que viver escondida, com “seus documentos”. Estes eram um verdadeiro tesouro que devia ser guardado, preservado e, principalmente, “ensinado”. Ou seja, e encurtando o conto, a criança que é a personagem que ouve a história da professora (dentro e fora do livro), depara-se com uma menina imaginária, personagem que se chama Inteligência. É ela a heroína do conto, que aprende com a mestra História o valor do trabalho e da sabedoria, enquanto a menina rica aprende com a professora essa história sobre a História, que ensina o valor político pragmático do conhecimento sobre o passado.

A digressão pelo livro de 1909 tem o objetivo de esclarecer, ainda que muito brevemente, as concepções de Ana de Castro Osório sobre a História e seu vínculo e lugar estratégico no empreendimento de uma educação cívico-patriótica de cunho republicano; quer dizer, fundada no mérito advindo do trabalho e do estudo, que devia ser oferecido a todos. Nada nesse livro remete a um espaço geográfico concreto, e a narrativa é composta conforme as histórias de fadas, com lições claras, que a própria menina-aluna vai apreender, para que os leitores não fiquem com quaisquer dúvidas. Uma estratégia literária agradável e adequada a uma ampla divulgação, o que, sem dúvida, deve facilitar sua adoção nas Minas Gerais de 1908, saídas do trauma do falecimento de seu governador, João Pinheiro, em 1906. Ele foi um político que, em vida e principalmente depois de morto, teve grande reconhecimento no estado e além dele, como um inovador, dedicado a implantar projetos renovadores em campos considerados fundamentais no Brasil de início do século XX, como a economia agrícola e pastoril, que para ele devia se modernizar e diversificar; e a educação, que precisava ganhar escolas de formação de professoras e de ensino agrícola e profissional, além de crescer em número e ter bons livros.

A virada do século XIX para o XX, com a proclamação da República no Brasil, é de alterações no campo educacional também no estado de São Paulo, onde se construía,

¹¹ A forte influência da Condessa de Ségur é assinalada por Teresa Simões e por Fátima R. de Medeiros, op. cit., ocorrendo também na literatura infanto-juvenil brasileira, o que evidencia sua circulação e formas de apropriação da escrita dessa autora francesa.

como símbolo das intenções civilizadoras dos novos tempos, um monumental edifício para abrigar uma Escola Normal e suas classes anexas, na Praça da República da capital. São Paulo, sendo o estado mais rico da federação, devido aos lucros advindos dos impostos com a exportação do café, era também uma liderança no campo da educação, sendo observado como exemplo por vários outros estados, também interessados em renovar o ensino e criar escolas públicas primárias, chamadas Grupos Escolares, segundo modelos pedagógicos modernos: escolas laicas, com ensino seriado, co-educação, professoras formadas, além de bons livros e métodos adequados à psicologia infantil.

São Paulo e Minas Gerais eram os dois mais importantes estados do Brasil em início dos anos 1910, quando o país alcançou um momento de relativa estabilidade econômica e política, o que a Exposição em Comemoração a Abertura dos Portos, realizada no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, em 1908, procurou demonstrar aos brasileiros, ao mundo e a Portugal, em especial. Contudo, a vinda do rei D. Carlos, toda articulada, não pôde se efetuar devido a seu assassinato por carbonários republicanos, em fevereiro de 1908. O regicídio, segundo a imprensa portuguesa da época, provocou espanto, mas não comoção. Sinal dos tempos de desagregação do regime monárquico e ponto de inflexão na trajetória da propaganda republicana em Portugal. Pouco mais de dois anos depois, em 5 de outubro de 1910, e com a incrível presença do presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, em visita oficial ao regime monárquico, a República seria proclamada. Houve luta nas ruas, e o Brasil teve que empreender um cuidadoso trabalho diplomático, para que o reconhecimento do novo regime não trouxesse problemas a Hermes da Fonseca. Mas os republicanos portugueses saudaram a feliz coincidência do nascimento da República portuguesa ter sido assistido pelo representante da República irmã e mais velha. Muitos e diversos foram os republicanos a festejar, e Ana de Castro Osório foi das poucas mulheres participantes e referenciadas no episódio, como atestam e relembram as Comemorações do Centenário da República de 2011.

Nesse novo contexto, em 1911, Paulino de Oliveira foi nomeado Cônsul de Portugal em São Paulo e Ana chega com a família ao Brasil. Antes de partir, deixa a marca de sua contribuição em textos e ações sobre dois pontos fundamentais da luta republicana feminista: a lei do divórcio e as demandas pelo direito de voto restrito à mulher, que não passaria.

A partir de sua chegada a São Paulo, procuraremos seguir seus movimentos na tessitura de uma rede de sociabilidade, tendo como hipótese que teria sido a partir deste momento que ela amadurece e investe realmente em seu projeto, chamado anos depois, de “a grande aliança”. Suas bases cívico-patrióticas – a lusofonia e a educação feminina e infantil –, estarão sendo experimentadas e consolidadas desde então. Durante os anos em que morou na cidade de São Paulo, o que ocorreu até o falecimento de seu marido, em 1914, ela viajou para outros estados, usou a correspondência como suporte e vínculo para relações intelectuais e financeiras, mantendo sua “Livraria Editora Para Crianças”, em Portugal. É o que se depreende pelas datas de algumas publicações, como *Teatro Infantil*, que escreve em parceria com o marido, e é de 1913, e *Para as Crianças - Contos maravilhosos*, de 1914, em segunda edição.

Como se apontou, Ana já possuía contatos no Brasil mesmo antes de sua chegada. É exatamente o que se procurará acompanhar tendo como fonte sua correspondência ativa e passiva, depositada na Biblioteca Nacional de Portugal. Um primeiro indício é a carta do “patrício” Avelino Fernandes, de 26 de maio de 1912, em resposta à missiva anterior de Ana, consultando-o sobre sua possível ida ao Congresso de Educação, que se realizaria em Belo Horizonte, no mesmo ano.¹² A resposta é animadora, considerando Avelino que ela devia comparecer, em companhia do marido, apresentando seus trabalhos por meio de conferências, “cujos assuntos interessem o governo e os professores públicos do Estado”. Inclusive, já teriam aderido ao Congresso não só pessoas de Minas, como “estranhas ao Estado, com as quais V. Exa. travará relações (...) para futuros negócios.” As orientações continuam, não só porque o remetente informa que já lhe havia mandado o último regulamento referente ao ensino mineiro, como porque lhe traça o perfil do Secretário do Interior: “um apaixonado pelas coisas econômicas escolares” e pelo “assunto de agricultura, criações pastoris etc”, que ela, prevenida, poderia explorar em suas falas. Por conseguinte, a carta é claríssima quanto à oportunidade que o Congresso oferecia, quer no se refere à divulgação de ideias, quer no que envolvesse a realização de contatos políticos visando “negócios”, como os que envolvessem a produção de livros escolares para a rede de ensino mineira e mesmo de outros estados, na medida em tais congressos eram momentos de encontro de especial valor de autoridades do campo da educação. Por fim, o “patrício” informa que já providenciara para que o convite fosse todo especial, saindo da Diretoria de Instrução e conclui a carta: “Não há dúvida que a honra é recíproca – sendo como são estrangeiros no país –, há, na realidade, grande destaque no convite à V. Exa. É minha opinião.” Se Ana foi ao Congresso e, no caso, qual foi o teor de sua ou suas conferências, ainda não sabemos, ficando a promessa de pesquisa sobre o assunto.

Mas ainda nos mantendo no circuito mineiro e nos esforços de Ana para ver seus livros adotados nas escolas, é esclarecedora a carta de Abílio Machado, de 31 de outubro de 1913, dando conta dos formosos livros que recebeu e dos elogiosos comentários que publicou sobre eles no jornal *Minas Gerais*. A prática de se enviar “presentes de papel” era comum entre os intelectuais e Ana a praticava de há muito. Os livros então enviados foram: *Teatro infantil*, gênero que, para o remetente, era raro e, por isso, muito útil; e *Lendo e aprendendo*, considerado por ele “inteiramente de acordo com o programa de Joviano, para a ministração eficaz e proveitosa de lições de coisas.”¹³ Com a carta, Abílio envia também uma revista com alguns versos, que deseja que Ana leia, verificando o “quanto vão adentrando, aqui em Minas, as artes gráficas.” Por fim, ele lamenta a doença de Paulino e se despede com amizade e admiração.

Assim, ficamos sabendo que o marido de Ana já se encontrava doente nessa ocasião, e que ela permanecia tecendo sua rede de contatos, cujo resultado mais alentado era, sem dúvida, a publicação de *Lendo e aprendendo*. Isso porque, sua primeira edição é justamente de 1913, tendo sido feita em São Paulo, pela “Empresa de Propaganda

¹² Espólio da família Castro Osório, ESP N12-61, Biblioteca Nacional de Portugal.

¹³ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 133, Biblioteca Nacional de Portugal. O Joviano citado é Aurélio R. Pires Joviano, um dos nomes que assina a aprovação de *Uma lição de História*, em 1908.

Literária Luso-Brasileira”. A razão para esse fato, certamente está anunciada na folha de rosto do próprio livro, como de praxe e logo abaixo do título: “Livro ilustrado para leitura. Aprovado para Escolas Primárias do Estado de S. Paulo”.¹⁴

Mais uma vez, não conseguimos rastrear os procedimentos que conduziram à aprovação desse livro, bem como de um outro grande sucesso do mesmo tipo. Na segunda folha de rosto da quarta edição de *Os nossos amigos*, de 1922, aprovado como livro de leitura para a 3ª classe da Escola Primária em Portugal, fica-se sabendo que ele se constituía em parte da obra *A boa mãe* – escolhida em concurso de 1908 quando de sua 1ª edição. Contudo, somos igualmente informados que sua segunda e terceira edições tinham sido aprovadas e adotadas nas escolas de São Paulo e Minas Gerais “para leituras correntes e lições de coisas”, mas sem referências a datas.¹⁵ A quarta edição, de 1922, tinha o selo da “Lusitânia Editora Limitada”, criada por Ana após o seu retorno do Brasil, quando vai morar com os pais e os filhos em Lisboa. Mesmo não se podendo datar com segurança os anos das duas edições de *Os nossos amigos*, nem saber se elas foram feitas no Brasil ou em Portugal, pois para isso seria necessário localizar os livros, o que ainda não foi feito, é possível aventar a hipótese de que as publicações tenham ocorrido enquanto Ana morava no Brasil, logo, entre 1912 e 1914.

Dessa forma, é evidente e impressionante, a rapidez e eficiência com que essa mulher se insere nos circuitos políticos e culturais brasileiros, mesmo se considerarmos que era esposa de um cônsul e alguém que tinha outras redes de apoio, como é o caso da Maçonaria, cujo valor é difícil de ser avaliado no Brasil, daquele momento. Isso porque, ela tem, entre 1908 e 1914, três livros aprovados por Conselhos de Instrução de dois estados: Minas Gerais (*Uma lição de História* e *Os nossos amigos*) e São Paulo (*Lendo e aprendendo* e *Os nossos amigos*). Nesse curto período de tempo, o ano de 1913, anterior à morte de Paulino e ao início da Primeira Guerra, parece ter sido o de maior movimentação da autora, que, em setembro, está recebendo carta do Rio de Janeiro, do amigo Thristão Magalhães, aguardando o envio do livro *Lendo e aprendendo* para registrá-lo na Biblioteca Nacional e, de posse de uma procuração oficial de Ana, encaminhar junto à Diretoria de Instrução Municipal, sua adoção nas escolas públicas, tal qual ocorrera em São Paulo.¹⁶

É interessante então especular quais seriam os fatores que, naquele exato contexto, contribuía para os sucessos de Ana e quais eram os que a prejudicavam em seus intentos. Tais intentos podem ser brevemente sintetizados no desejo de se tornar uma autora conhecida e de grande circulação no Brasil, na medida em que não só pleiteava a aprovação oficial de seus livros de leitura para uso nas escolas públicas, como o fazia

¹⁴ Estou trabalhando com uma edição da Biblioteca Nacional de Portugal. O escritório da editora ficava situado na Rua S. Bento, 21 - 2º, não se tendo mais dados desse empreendimento, nem se sabendo se ele se ligava à colônia portuguesa em S. Paulo.

¹⁵ Estamos trabalhando com a quarta edição de *Nossos amigos*. Lisboa: Lusitânia Editora Lda., 1922, pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁶ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 135, Biblioteca Nacional de Portugal. Nesse momento, o responsável pela Diretoria de Instrução da capital federal era Ramiz Galvão, historiador e professor do Colégio Pedro II, que havia sido preceptor dos filhos da Princesa Isabel, antes do banimento ocorrido após a proclamação da República em novembro de 1889.

nos três maiores mercados culturais então existentes: o Distrito Federal e os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Como fator facilitador, queremos apontar a carência de livros escolares em geral, e, em particular, de livros que se orientassem por uma moderna pedagogia, além de possuírem qualidades literárias e gráficas. No caso dos livros de Ana, que eram bem ilustrados e cuidados, o destaque era para o fato de se adequarem ao ensino pelo método intuitivo, chamado mais correntemente de “lições de coisas”. Essas “lições de coisas” eram procedimentos que buscavam concretizar o ensino, tornando-o prático e próximo à realidade experimentada pela infância e à sua psicologia, muito diversa da dos adultos. Segundo esse método, o ensino devia estimular a curiosidade dos alunos, partindo de experiências das crianças, fossem elas vinculadas a locais que conheciam ou ao tempo em que viviam. Por isso, o método se organizava segundo “círculos concêntricos”, expandindo-se do mais próximo/local para o mais distante/nacional, o que em termos de trabalho com o tempo (e a História), admitia o método regressivo: partir de alguma coisa/fato do presente para recuar para passados mais distantes. Dessa forma, não só na História e Geografia, mas em todas as disciplinas, o ensino deveria ser “ativo”, o que significava estimular a observação dos alunos, sua curiosidade e imaginação, fazendo visitas e excursões; organizando museus e exposições, levando para a sala de aula materiais variados etc.

Não poderia ser objetivo deste texto, examinar a forma e o conteúdo dos livros referidos, porém vale ressaltar a presença da natureza, através de jardins, árvores e animais, dialogando com harmonia e em ambiente familiar – geralmente com a figura materna em destaque –, com as conquistas técnicas da civilização; tudo isso sempre envolto em forte conteúdo moral e cívico-patriótico. Os livros não faziam menções à religião, sendo narrativas que combinavam o elogio à natureza e a crença no poder da ciência. Eram textos modernos, que adotavam os valores de uma República laica como a brasileira e a portuguesa, nas quais diretrizes liberais e cientificistas se combinavam, apostando-se, ao menos na retórica política, na educação como condição de progresso dos povos.

Entretanto, se a autora tinha a favor de si seu talento literário e suas conexões políticas, também encontrou dificuldades no Brasil, tanto dentro da própria colônia portuguesa, como entre alguns intelectuais da educação. É Thristão Magalhães, um dos correspondentes de Ana, que, em carta já citada de 1913, nos dá algumas pistas sobre o clima vigente, após o 5 de outubro de 1910. Segundo ele,

aportam no Rio de Janeiro, umas aves de arribação com o fito de falar mal incondicionalmente na República Portuguesa, dando curso a mentiras de todo jeito. Esses especuladores, recebidos pela imprensa serviçal (...) com rufos e toques, ajuntaram-se aos obtusos que cá vivem adorando a ‘carcomida monarquia’, que o rei considerava sem monarquistas. Por essas e outras, os Zes Veríssimos se atrevem a publicar sandices sobre assuntos de que não entendem...¹⁷

¹⁷ Idem.

Não poderia ficar mais claro o ambiente tenso, que devia ser majoritário entre a colônia portuguesa, onde as crenças monarquistas eram alimentadas pela chegada de exilados, que evidentemente criticavam duramente o novo regime. Por isso, o remetente previne Ana que faria esforços para conseguir a aprovação de seu livro, a despeito da “lusofobia” reinante, que era expressa pelos “Zés Veríssimos de minha terra.” Neste caso, ele se referia ao intelectual José Veríssimo, crítico literário de grande prestígio, que andava atacando a política portuguesa nas páginas de *O Imparcial*, de um lado, para agradar a seu patrão, e de outro, pelo que Magalhães considera “a natural aversão que o mestiço, no Brasil, mantém contra o português de quem não pôde receber a clara pigmentação...”.

Veríssimo era um republicano histórico e um dos nomes mais consagrados da imprensa e da intelectualidade do período. Ele escrevera um importante livro, *A educação nacional*, que teve duas edições: a primeira, de 1890, e a segunda, mais conhecida, de 1906.¹⁸ Nesse volume, pioneiro e influente, fizera um autêntico diagnóstico da instrução pública no Brasil, considerando-a praticamente vazia de elementos nacionais, porque dominada ou pelo “classicismo português” ou por textos cujos conteúdos nada diziam de “nossa terra”. Portanto, para ele, uma nova literatura infantil deveria ser produzida no país, não apenas em linguagem acessível às crianças, como principalmente em linguagem “brasileira”, abandonando-se as traduções dos clássicos europeus, inclusive os portugueses. Esses novos livros “nacionalizados”, como escrevia, deveriam conter páginas de prosadores e poetas brasileiros, contemplando os grandes viajantes e os que escreveram a “nossa história”, para que se pudesse efetivamente conhecer o solo, o clima, as produções, as leis, as instituições e as lutas dos brasileiros. A situação lhe parecia tão grave no início do século XX que, para ele, a República devia negar aprovação aos compêndios já existentes, como maneira de estimular e mesmo forçar a feitura de novos, que fossem melhores e mais adequados. No estudo da geografia e da história pátrias, a que dedicava um cuidado muito especial, o que havia era “ininteligente” e carente de cultura cívica.

Dessa forma, verificamos que havia razões mais profundas na “lusofobia” de Veríssimo, que postulava que uma literatura escolar nacional precisava, não só ser feita por autores nacionais, como falar de coisas nacionais, devendo o país se libertar da dependência cultural que mantinha, com destaque a de Portugal. Nesse projeto ele seria acompanhado por outros intelectuais, no decorrer das décadas seguintes. Dois exemplos são preciosos para caracterizar o aprofundamento desse projeto nacionalista brasileiro que passava pela língua e pela literatura, e que claramente ia de encontro à “grande aliança” proposta por Ana de Castro Osório, desde início do século. Um deles é Viriato Corrêa, jornalista, escritor, autor de literatura infantil (inclusive de manuais escolares) e teatrólogo que, durante os anos 1910 e 1920, escreveu inúmeras peças,

¹⁸ VERÍSSIMO, José - *A educação nacional*. 2.^a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 206p. É com um dos três exemplares dessa edição existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que estarei trabalhando. O livro ganharia, recentemente, uma terceira edição da Mercado Aberto Editora, Porto Alegre, 1985, Série Perspectivas, 14. Sobre esse livro, ver o capítulo III do livro GOMES, Angela de Castro - *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

tendo estreado em 1915, com *Sertaneja*. Ele era identificado como um inovador da linguagem teatral, tendo integrado um grupo de novos comediógrafos que se propunha a criar uma dramaturgia voltada a assuntos brasileiros. Em 1921, por exemplo, promoveu o chamado movimento Trianon, ao lado de Oduvaldo Viana, Abigail Maia e Nicola Viggiani, criando a Companhia de Comédias Brasileiras, reconhecida pela montagem de um teatro “verdadeiramente nacional”.

O outro é João Ribeiro, filólogo, historiador e também autor de manuais escolares que, no mesmo ano de 1921, lançou um livro, intitulado *A língua nacional*, publicado pela “Editora Revista do Brasil”, do grande inovador do mercado do livro e da literatura infantil no Brasil, Monteiro Lobato.¹⁹ João Ribeiro, nesse livro, defendia que a língua era um trunfo fantástico a unir o povo brasileiro; uma riqueza cultural enorme e estratégica, que devia ser protegida. Entendia, por tal razão, que tal língua não devia “pagar tributos” a Portugal, considerando incrível que “nossa independência ainda conserve essa algema”, sustentada por certos puristas. A língua falada e escrita no Brasil era a portuguesa (ele não fala de uma língua brasileira), mas não era mais a mesma dos portugueses, sendo fundamental reconhecer esse autêntico acontecimento cultural. A língua portuguesa, no Brasil, tinha fatos e expressões característicos, tinha toda uma semântica, que marcavam sua diferenciação e diziam da terra, das gentes, das idéias e dos sentimentos nacionais. Os brasileiros, portanto, precisavam “ter consciência que já possuíam os fundamentos de uma evolução própria, nova e independente” na língua, maior expressão de cultura nacional. E deviam lutar por ela.

Como se vê, o fim dos anos 1910 e início dos 1920 assinalam mudanças no panorama político-cultural do Brasil, demarcando tempos de nacionalismos e inovações artísticas e editoriais, dessa feita, muito menos numa chave de lusofobia, como no início do século, e muito mais na de experimentações e criações “verdadeiramente nacionais”, na literatura, pintura, escultura, no mercado de livros etc. Ana de Castro Osório, em Portugal desde o início da Primeira Guerra Mundial, talvez não pudesse se aperceber dessa nova dinâmica, e insistisse, com alguma razão, no encaminhamento de seu projeto luso-brasileiro pelos livros e pela educação das crianças e mulheres. Mais uma vez sua correspondência é preciosa, pois é o mesmo amigo Thristão Magalhães, que lhe escreve do Rio, em dezembro de 1919, informando que seus livros da Coleção Para Crianças faziam sucesso entre os “petizes” e os professores, que os usavam para prêmios escolares pela “singeleza dos contos, a modicidade dos preços de venda e o bom trabalho de impressão e encadernação.”²⁰ E, julgando que a autora tinha como “ganhar dinheiro” nesse filão, sugere algumas temáticas que considera fecundas para a propaganda luso-brasileira, embora com uma cuidadosa observação: “Não estou a dar-lhe capítulos de trabalho; ofereço-lhe somente a espécie de escrito de que V. Exa., levando-o a efeito, dará a verdadeira orientação.”

Os escritos sugeridos são vários e muito sugestivos, traduzindo uma espécie de linha editorial dedicada ao público infantil brasileiro, com claras intenções de aproximar os

¹⁹ RIBEIRO, João - *A língua nacional*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1921. O exemplar consultado pertence à Biblioteca Nacional do Brasil.

²⁰ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-135, Biblioteca Nacional de Portugal.

dois países, destruindo preconceitos e construindo alianças. Entre os títulos possíveis Magalhães enumera:

“A jornada de Cabral” (gênero *Minha Pátria*, que tratará de apagar a versão do acaso na descoberta do Brasil); os “deputados brasileiros em Lisboa” (conterá considerações sobre o valor intelectual dos homens que, saídos do Rio, se salientaram nas cortes de Lisboa), “Um português brasileiro” (apreciações sobre José Clemente [Pereira], que aproveitarão à demonstrativa de que o português não prejudica o Brasil); “As duas Repúblicas” (num espírito em que se acentue como o 15 de novembro entusiasmou aos republicanos de Portugal e o 5 de outubro repercutiu magnificamente no Brasil, despertando o máximo necessário estreitamento das relações luso-brasileiras); “Raça esforçada” (a vida laboriosa do português no Brasil, o único emigrante que entra no território para aí formar família, expandir a raça (...)); “Um herói português no Paraguai” (a vitória de Barroso no Riachuelo) etc.²¹

Uma consulta à produção da autora mostra que ela não seguiu as sugestões do amigo, mas não porque se afastasse da ideia de elaborar livros destinados às crianças brasileiras. Esse é justamente o caso de um de seus títulos, preparado nos primeiros anos da década de 1920: *Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Brasil*, Lusitânia, 1923. Um livro, elaborado com a ajuda de correspondentes, que lhe remetiam fotos e postais do Brasil, como os enviados de Curitiba por Antônio Souza Mello.²² Esse livro foi, sem dúvida, uma grande aposta da autora, que o elaborou segundo o modelo clássico dos chamados livros de formação, de que *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim, é a maior referência na literatura infantil brasileira do período. Precisamente em 1920, ela estaria inscrevendo todo um conjunto de livros escolares seriados ao concurso aberto pela Direção Geral de Instrução de Portugal, oportunidade que, segundo ela, aguardava por 10 anos: *O livrinho encantador*, *Os nossos amigos*, *Lendo e aprendendo* e *Viagem aventurosa de Felício e Felizarda*.²³ No memorial que apresenta os livros, a autora explica que “se não constrói uma sociedade nem se reforma uma Pátria se as crianças não forem, desde os primeiros anos, dirigidas para um alto fim de grandeza (...)”. Um dos erros na monarquia constitucional, o que mais a abalou e fez cair “foi a falta de compreensão de sua missão educativa”. Nos últimos anos do velho regime, houve alterações positivas na instrução, criando-se um entusiasmo pela escola, que a República, entretanto, não soube manter. Ao contrário, retroagiu-se, não se estimulando a feitura de livros modernos e continuando-se a utilizar, nas escolas, aqueles mal preparados “que vinham da antiquada instrução monárquica”. Algo que o concurso de 1920 vinha sanar e para o que ela desejava colaborar. Aliás, como colaborou, pois teve vários de seus títulos aprovados e reeditados.

Portanto, em Portugal ela vivia um bom momento e, no que se refere ao Brasil, preparava-se para a realização de uma viagem, por ocasião das comemorações do

²¹ Idem.

²² Espólio da família Castro Osório, ESP N12-136, Biblioteca Nacional de Portugal.

²³ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-14, Biblioteca Nacional de Portugal.

Centenário da Independência, em 1922, que entendia ser ocasião ímpar para a propaganda de suas idéias de “comunhão intelectual” entre dois povos irmãos. Ela vai então realizar uma série de conferências em diversas cidades – Rio de Janeiro; São Paulo; Curitiba, no estado do Paraná; Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul –, cujas temáticas são a mulher, a maternidade, o urbanismo, o heroísmo dos portugueses e, a questão central, a grande aliança entre Brasil e Portugal, título de sua fala em São Paulo, em 8 de maio de 1923. Todo esse material foi reunido e publicado em livro, *A grande aliança*, Lisboa, Lusitânia, 1924. Trata-se de volume alentado, evidenciando o esforço dos deslocamentos e o cuidado da fala de Ana, cujo público acabou sendo, preferencialmente, os portugueses da colônia, bem mais do que o de brasileiros. O acolhimento foi bem variável, como a correspondência do período mostra, já que, em São Paulo, onde morara, a Câmara de Comércio negou-se a patrociná-la, alegando não se interessar por “ vaidades e ambições femininas”, enquanto ela retrucava estar fazendo suas conferências gratuitamente e sem caráter oficial, não tendo interesse em quaisquer tipos de ganho. Enfim, o que nos importa aqui, é registrar que houve problemas nessa segunda e última estada no Brasil e que os ecos de *A grande aliança* foram, em termos de custos e benefícios, muito pequenos.²⁴

O projeto de fazer da literatura brasileira e portuguesa uma só, fundamentando o ideal de engrandecimento da “raça” pela língua e pela cultura comuns, como ela anuncia em suas conferências, estava, na verdade, na contramão do que vinha acontecendo no Brasil. É o que ela logo depois descobriria, ao se dirigir ao editor Monteiro Lobato, em abril de 1925 e dele obter uma resposta categórica, em maio do mesmo ano.²⁵ A assimetria do tom das duas cartas é espantosa, mesmo que consideremos as estratégias de escrita de que se valem intelectuais, quando se trata da proposição de negócios na área da edição.

Ana dirige-se a Lobato cerimoniosamente para tratar de “assuntos que nos interessam”. Informa-o que a sua casa editora “vai entrar numa nova fase de progresso”, ficando sob a direção de seu filho, João de Castro. O objetivo da carta é promover uma ligação entre as editoras de cada um, que se dedicam especialmente “ao serviço da literatura infantil”, mas que vendem também todos os gêneros. Pergunta então a Lobato se deseja ser o editor de um livro que tem pronto e se passa quase todo no Brasil, cujo título é *Mundo novo*.²⁶ Também pergunta se ele tem interesse em adquirir o direito de publicação dos livros da coleção “Viagens aventurosas de Felício e Felizarda”, da qual o segundo volume é sobre o Brasil. A seguir, indica que tem em estoque alguns exemplares dos livros, muito conhecidos no Brasil, *Lendo e aprendendo* e *Uma lição de História*, e se Lobato gostaria de recebê-los para venda. Por fim, “toma a liberdade” de enviar um volume de *A grande aliança*, para que ele o conheça, e conclui a carta “esperando que V. Exa. me diga se lhe convém e as condições em que o deseja.”

²⁴ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-15, Biblioteca Nacional de Portugal.

²⁵ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 132 e 131, respectivamente, Biblioteca Nacional de Portugal.

²⁶ O romance epistolar *Mundo novo* é publicado em 1927, pela Companhia Portuguesa Editora e Tipográfica, do Porto.

A resposta de Lobato é um autêntico balde de água fria, com toda a delicadeza, como é natural. Primeiro, anuncia que a editora encontra-se, naquele momento, fora do mercado, “ocupada em imprimir obras já em domínio público, dramalhões (...) únicas coisas que o Brasil lê.” Assim, informa que não está examinando “nenhum negócio verdadeiramente editorial” e, por tal razão, não pode fazer nada do que Ana propõe, sendo que alguns negócios estão inteiramente descartados, pois a editora “não mantém nenhuma livraria para venda direta ao público.” Porém, isso não é o pior. A questão é que Lobato lhe explica que “visto que a ridícula reforma ortográfica que a República inventou é visceralmente repelida pelo nosso público”, não edita, nem imprime livros portugueses. Quanto à venda de livros brasileiros em Portugal, “é coisa que nem se sonha, não só por causa do câmbio, como porque a mentalidade dos dois países cada vez mais se antagoniza, e um não entende o outro.” Informa que sua casa editorial, com mais de 500 edições de sua propriedade, nunca vendeu um só livro em Portugal, “e nem procura fazê-lo, pois é tempo perdido.” A seu ver, toda a tentativa de um e outro lado seria um desastre completo. E finaliza como se escrevesse um epitáfio para “a grande aliança”: “Tenho, por isso, a impressão que o Brasil e Portugal caminham em direções contrárias e nunca mais se entenderão. (...) E disponha deste seu cordial admirador, Monteiro Lobato.”

Como sabemos, Monteiro Lobato foi premonitório em alguns assuntos, como é o caso da existência de petróleo no Brasil, mas, nesse caso e felizmente, ele se enganou redondamente.